



**ACÓRDÃO Nº1272/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11686/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Antonio Junior de Souza Brandão (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6.559/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Antônio Júnior de Souza Brandão**, responsável pela Secretaria Municipal da Casa Militar de Manaus, exercício de 2020;
- 10.2. **Aplicar multa** com fundamento no art. 54, VII, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM e em virtude das restrições descritas nos itens I e III da fundamentação desta proposta de voto, ao **Sr. Antônio Júnior de Souza Brandão** no valor de **R\$3.000,00** (três mil reais) e fixar prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



**ACÓRDÃO Nº1272/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar** à atual gestão da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus que observe, com mais rigor, o mandamento descrito no art. 42, *caput*, da Lei Complementar n. 101/00 e a inserção de dados (contratos e termos aditivos) no sistema e-Contas em obediência à Resolução n. 13/2015-TCE/AM;
- 10.4. Dar ciência** do desfecho destes autos ao interessado, **Sr. Antônio Júnior de Souza Brandão**, e à atual gestão da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus.

**11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de junho de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - votou), Mario Manoel Coelho de Mello, Luís Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral